Nesta edição

AGROANALYSIS

pág. 10 *Especial sobre Café:*

A tímida renovação do café 10
CDPC – desafios maiores à vista 18
Mais café para o próximo século 21
O novo papel da OIC 23
A marcha para o Oeste 25

pág. 28 *Um ano de CDPC:*

Construindo o futuro 28
Uma lição de mercado 30
Espaço a Leste para o solúvel 31
Sob o signo da improvisação 33
A perspectiva da Abecafé 34
CDPC em ação 35

pág. 36 *Extra!*

Uma janela para o futuro 36
Preços da terra: a queda continua 38
Melhoraram os salários rurais? 40

pág. 42 *Conjuntura do agribusiness:*

Milho 42
Cereais de inverno 43
Arroz 45
Cacau 46
Indicador do milho 48
Indicadores do café 50

pág. 53 *Panorama internacional*

pág. 54 *Estatísticas agropecuárias*

pág. 60 *Panorama agropecuário*

pág. 64 *Janela aberta*

com o deputado federal Silas Brasileiro

Carta verde

A hora do café

Novembro de 1996. Numa tarde muito quente, em Brasília, acontecem a cerimônia de posse dos conselheiros governamentais e privados do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e a instalação solene do Conselho, com a presença do ministro Francisco Dornelles e de diversas lideranças do setor privado e de autoridades de todos os níveis governamentais.

Essa reunião de pessoas ilustres ligadas ao agronegócio café representou o início do fim de uma fase muito difícil para a economia cafeeira. Durante os seis anos anteriores, as lideranças do agronegócio não tiveram sequer interlocutor de fato credenciado no governo federal. Isso aconteceu a despeito da brutal guerra de preços no mercado externo que se seguiu à suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional, em meados de 1989, e das duas geadas e da seca, em 1994, que prejudicaram seriamente a produção brasileira.

A reunião de novembro de 1996 veio coroar o esforço de muitos – vários deles presentes nesta edição de *Agroanalysis* – que não pouparam esforço e empenho para criar a superestrutura necessária à organização da oferta de café e harmonizar os interesses ao longo da cadeia produtiva do agronegócio. Essas pessoas há muito entenderam que a necessidade de organizar ou não a oferta de determinada commodity não é uma questão ideológica, onde intervencionistas defenderiam sempre a organização da oferta e liberais condenariam sempre qualquer esforço naquela direção.

Este ponto vale uma digressão. Em mercados competitivos, quando caem as cotações da commodity, os preços dos bens processados ao consumidor final produzidos com aquela commodity tendem a cair proporcionalmente à participação da matéria-prima na composição dos custos. A correspondente ampliação da demanda do produto final tende a favorecer a posterior recuperação das cotações da commodity.

Mas não é isso que ocorre em mercados como o de café. Quando os preços da exportação do café verde flutuam para cima ou para baixo, os preços do torrado e moído aos consumidores norte-americanos e europeus flutuam muito menos que proporcionalmente. Ou seja, as variações de preço da matéria-prima são absorvidos, em grande medida, pelas margens dos grandes compradores internacionais. Nestas condições, não organizar a oferta representa tão-somente uma contribuição para o aumento das margens comerciais dos grandes compradores internacionais.

Mas não é a organização da oferta a principal finalidade do CDPC e sim a harmonização dos interesses ao longo da cadeia produtiva, de modo a favorecer principalmente os interesses do consumidor brasileiro e, sempre que possível, do exterior também.

Um ano já se passou desde aquela reunião de Brasília. Nesse período, o CDPC colecionou algumas conquistas importantes. É hora de analisar o desempenho alcançado e planejar a ação futura, de modo a potencializar a contribuição do Conselho. É com esta intenção que produzimos a edição de dezembro sobre o agronegócio café.

Boa leitura!